

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

JB

Class.:

Desmatamento/Amazônia

Data:

12/05/92

Pg.:

6 - cidades

114



De acordo com Orlando Valverde, 20% da Amazônia legal já estariam desmatados

A destruição da Amazônia

Geógrafo denuncia como suspeitos os relatórios do Inpe

Ronaldo Brasiliense

BELÉM — Os dados sobre desmatamentos na Amazônia que serão apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foram colocados sob suspeita pelo geógrafo Orlando Valverde, da Campanha Nacional de Defesa da Amazônia, em artigo publicado no periódico *Ecologia e Desenvolvimento*. Pelos cálculos de Valverde, baseados em informações da agência espacial norte-americana Nasa, os desmatamentos na Amazônia brasileira já superam 1 milhão de quilômetros quadrados, o que representa mais de 20% da Amazônia legal. O Inpe anunciou em março que os desmatamentos, em 1991, atingiram 11,1 mil km² que, somados aos 415 mil km² desflorestados desde o início do século, totalizariam derrubadas de matas numa área de 426 mil km², menos da metade da área levantada por Valverde.

Para o geógrafo, o Inpe não vem levando em consideração em seus cálculos as grandes áreas de floresta tropical úmida atingidas pela exploração irracional de milhares de madeiras que atuam em toda a região amazônica. Segundo Valverde, as madeiras jamais cumpriram a legislação e jamais promoveram o reflorestamento. Ele assinalou ainda que 80% das madeiras nobres da Amazônia são destinadas ao mercado japonês.

“Isto é um absurdo total”, rebateu o presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira da Amazônia (Aimex), empresário Danilo Remor. “O Japão recebe quantidades irrisórias da madeira”, completou, mostrando que os principais mercados consumidores são o Reino Unido, Estados Unidos e França.

O ecólogo Philip Fearside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), estranhou também o atraso na divulgação dos dados sobre desflorestamento na Amazônia em 1991, principalmente com as indicações das áreas desmatadas. “No sul do Pará, os grandes desmatamentos continuam sendo feitos por fazendas de

gado, que têm incentivos fiscais do governo federal”, denunciou ele.

Danilo Remor questionou também a denúncia de Orlando Valverde, de que as imagens de satélite do Inpe não detectam as áreas de floresta onde atuam as madeiras, que fazem um tipo de exploração seletiva das madeiras existentes. Remor reconheceu que existe pressão sobre a madeira nobre — principalmente mogno — existente em áreas indígenas, mas revelou que as principais lideranças indígenas dos Caiapó, como o cacique Tuto Pombo, negociam madeira em pé de igualdade com as madeiras e com o conhecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Advogados japoneses vão propor, durante a Rio-92, a criação de uma corte ‘verde’ para legislar sobre questões do meio ambiente. A corte ficará sob a égide das Nações Unidas e a amplitude de seus poderes dependerá de cada país individualmente. Segundo o jurista Tadyuki Nishimura, a proposta incluirá também a elaboração de uma lei ambiental internacional.